

Relatório e Contas'18

ÍNDICE

4 RELATÓRIO DE GESTÃO

4 1. INSTITUCIONAL

4 1.1. Dados da Entidade Gestora, do Supervisor e do Auditor Externo

5 1.2. Estrutura Accionista

5 1.3. Modelo de Governo e Órgãos Sociais

9 2. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

9 2.1. Panorama Económico Internacional

12 2.2. Panorama Económico Nacional

14 2.3. O Mercado de Capitais

17 3. ACTIVIDADE E DESEMPENHO

18 4. GOVERNAÇÃO E RISCO

26 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS ÀS CONTAS

26 1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

28 2. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

32 3. INFORMAÇÃO DETALHADA DA CARTEIRA DE OIC GERIDA

33 4. DISPONIBILIDADES

34 5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

34 6. CRÉDITOS

34 7. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS E ACTIVOS INTANGÍVEIS

36 8. OUTRAS OBRIGAÇÕES

36 9. FUNDOS PRÓPRIOS

36 10. JUROS E OUTROS RENDIMENTOS

36 11. RENDIMENTOS DE CâMBIO

36 12. JUROS E OUTRAS DESPESAS

36 13. IMPOSTOS

37 14. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

37 15. PARTES RELACIONADAS

38 EVENTOS SUBSEQUENTES

38 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

40 PARECER DO AUDITOR EXTERNO

42 PARECER DO CONSELHO FISCAL

A faint, light gray background illustration of a person in a business suit, shown from the waist up, facing slightly to the right. The person's head is tilted down, and their hands are visible near their waist.

01

**RELATÓRIO DE
GESTÃO**

Relatório de Gestão

1. INSTITUCIONAL

1.1.DADOS DA ENTIDADE GESTORA, DO SUPERVISOR E DO AUDITOR EXTERNO

Dados da Entidade Gestora

A BFA Gestão de Activos, S.A. ("BFA GA"), é uma Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Colectivo registada na Comissão do Mercado de Capitais ("CMC") desde Dezembro de 2016, sob o número 001/SGOIC/CMC/12-2016.

A BFA GA está sujeita à supervisão da Comissão do Mercado de Capitais (CMC), exclusivamente nos termos do que está disposto na Lei n.º 12/05 (Lei dos Valores Mobiliários), de 23 de Setembro, pela Lei n.º 13/05 (Lei das Instituições Financeiras), de 30 de Setembro e nos regulamentos próprios desta. Está autorizada a prestar todos os serviços dispostos no Código de Valores Mobiliários combinados com os regulamentos próprios da CMC, nomeadamente:

- Constituição de Fundos de Investimento;
- Gestão de Fundos de Investimento; e
- Consultoria em Fundos de Investimento.

A BFA GA é uma das maiores gestoras de activos em Angola que, prestando serviços a investidores institucionais e individuais, detém sob gestão activos avaliados em cerca de AOA 19,00 (Dezanove mil milhões de Kwanzas).

- Fundos registados na CMC:

Descrição do OIC	Data de Registo	Tipo de OIC	Modalidade	Sociedade Gestora	Estado	Capital Inicial (AOA)
BFA Oportunidades	04/07/2017	FEIVM	Fechado	BFA GA	Liquidado	10 000 000 000,00
BFA Oportunidades II	20/07/2018	OEIVM	Fechado	BFA GA	Activo	18 000 000 000,00
BFA Protecção	24/08/2018	FEIVM	Fechado	BFA GA	Em comercialização	10 000 000 000,00
BFA Investidores Institucionais A	20/12/2018	FEIVM	Fechado	BFA GA	Em comercialização	6 000 000 000,00

Possui uma equipa de profissionais especializados em mercados financeiros de uma forma abrangente. As estratégias de investimento da BFA GA abrangem todo um espectro de classes de activos, determinadas através de um acompanhamento e estudo minucioso das oportunidades e tendências que o mercado apresenta.



8
Colaboradores



Elevado Know-how
em Mercados Financeiros



86%
Licenciatura
ou Mestrado



33
Idade Média dos
Colaboradores



29%
Quadros
Estrangeiros

Em 2019, por formas a reforçar a sua posição no mercado e potenciar o seu crescimento e desenvolvimento, a BFA GA definiu quais serão os principais eixos estratégicos a apostar, sendo estes a formação e capacitação contínua da equipa, a qualidade de serviço como promotor do sucesso, a mitigação do risco operacional e o incremento das receitas.

A capacitação da equipa passará pela implementação de um plano de formação estabelecido para 2019, que conta com diversos cursos disponibilizados pela Academia de Valores Mobiliários da CMC, pela Academia PwC, Angola Business School & Nova School Of Business & Economics. Adicionalmente, dar continuidade as formações já em curso como o Inglês, CFA – nível I, e CAIA – nível I.

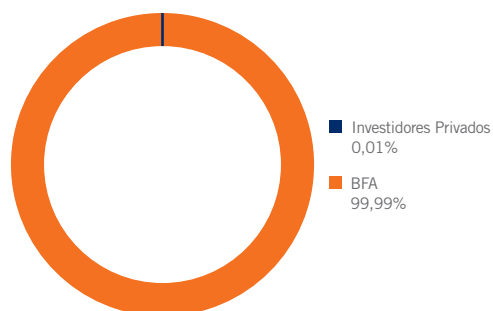
A promoção da qualidade de serviço conta com dois objectivos principais: (i) a eficiência na gestão dos processos de reclamação, no âmbito do qual serão criados processos de centralização da gestão e tratamento de reclamações e implementação de melhorias ao nível do tempo e capacidade de resposta; e (ii) a melhoria da qualidade da informação prestada.

No controlo do risco operacional, o foco será o processo de melhoria de infra-estruturas, ao nível de comunicações e acessos, procedimentos internos e cumprimento do fluxograma das actividades, e por fim a sistematização das práticas de auditoria e de processos de Compliance.

Por fim, com o objectivo de potenciar o aumento de receita, em 2019 a BFA GA pretende criar e lançar novos fundos de investimento, equacionar novas parcerias estratégicas, nomeadamente com entidades nacionais e internacionais.

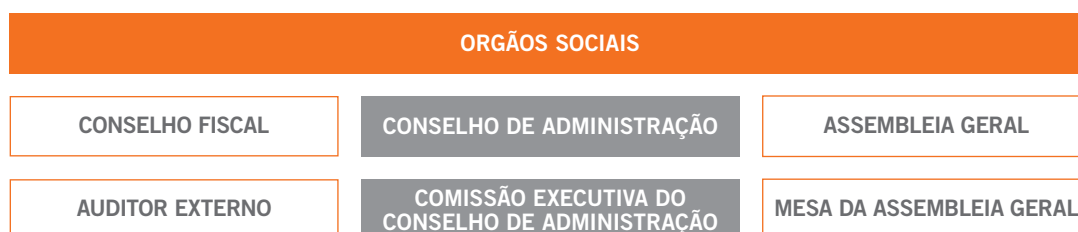
1.2. ESTRUTURA ACCIONISTA

A BFA GA terminou o ano de 2017 com o capital social de AOA 50 000 000,00 (cinquenta milhões de kwanzas), representado por 50 000,00 (cinquenta mil) acções com o valor nominal de AOA 1 000,00 (mil kwanzas) cada uma, sendo elas detidas maioritariamente pelo Banco de Fomento Angola, S.A.



1.3. MODELO DE GOVERNO E ÓRGÃOS SOCIAIS

O modelo de funcionamento da BFA GA obedece aos requisitos do Regime Jurídico dos OICs e está estabelecido nos seus estatutos o seguinte modelo organizacional:



São órgãos estatutários os órgãos sociais, designadamente:

- i. A Assembleia Geral;
- ii. O Conselho de Administração;
- iii. A Comissão Executiva do Conselho de Administração
- iv. O Conselho Fiscal;
- v. A Mesa da Assembleia Geral, o seu Presidente, Vice-Presidente e Secretário; e
- vi. O Auditor Externo.

Todos os membros dos órgãos de governação da BFA GA têm competência técnica, experiência profissional e idoneidade moral para o exercício da função. Estes quadros são vinculados a rigorosos deveres de confidencialidade e sujeitos a um conjunto de regras tendentes a prevenir a existência de conflitos de interesse ou situações de abuso de informação privilegiada, respeitando os melhores princípios da boa e prudente gestão.

Assembleia Geral

Constituição	A Assembleia Geral é o órgão social constituído por todos os Accionistas da BFA GA, cujo funcionamento é regulado nos termos dos estatutos.
Competências	<p>A Assembleia Geral tem competência sobre todas as matérias que não estejam compreendidas nas atribuições de outros órgãos sociais, designadamente:</p> <ul style="list-style-type: none">• Alteração dos estatutos da sociedade;• Aumento ou redução de capital, fusão, cisão, transformação ou dissolução da sociedade;• Emissão de quaisquer valores mobiliários que possam vir a dar lugar à subscrição ou conversão em acções;• Introdução de limitações ou supressão do direito de preferência dos accionistas em aumentos de capital;• Cessação ou suspensão de actividades que a sociedade venha exercendo;• Aprovação e alteração de quaisquer esquemas de prémios, de participação nos resultados, stock-options ou de pensões que tenha por universo membros dos órgãos sociais, salvo se tais matérias hajam sido delegadas numa comissão de remunerações;• Aquisição e alienação de acções ou de obrigações próprias;• Distribuição de bens a accionistas e adiantamentos por conta de lucros;• Nomeação e destituição do auditor externo;• Qualquer matéria de gestão da sociedade que o Conselho de Administração submeta à sua apreciação.

Conselho de Administração

Constituição	O Conselho de Administração (CA) é composto por um mínimo de 3 e um máximo de 11 membros, eleitos em Assembleia Geral, que designará também o seu Presidente e, se assim o entender, um ou mais Vice-Presidentes. O actual CA do BFA é composto por 5 membros.
Competências	<p>Compete ao Conselho de Administração praticar todos os actos necessários ou convenientes para a prossecução das actividades compreendidas no objecto social e, em geral, praticar todos os actos que não caibam na competência de outros órgãos da sociedade, destacando-se das suas principais competências:</p> <ul style="list-style-type: none">• Aprovação do plano de negócio, do plano estratégico e do orçamento e qualquer alteração aos mesmos;

Conselho de Administração

Competências

- Decisões de impacto patrimonial significativo (ou seja, com valor superior a 7,5% dos capitais próprios) ou estratégico que não estejam previstas no plano de negócio ou no orçamento, nomeadamente, despesas e/ou investimentos que despoletem a necessidade de aumento dos capitais próprios e acordos de parceria, joint-venture ou similares;
- Qualquer mudança significativa na área geográfica de actuação da sociedade, salvo se prevista no plano estratégico ou no plano de negócio;
- Aprovação da proposta a submeter à Assembleia Geral em matéria de distribuição de lucros, reservas ou outros bens aos accionistas, quanto em percentagem diferente à que decorre do previsto nos estatutos;
- Operações com partes relacionadas que excedam USD 2 500 000,00 (dois milhões e quinhentos mil dólares americanos), salvo se se tratar de operações realizadas em condições de mercado e dentro dos limites para o efeito fixados pelo Conselho de Administração;
- Emissão de dívida subordinada, salvo se prevista no orçamento;
- Alteração dos regulamentos do Conselho de Administração e da Comissão Executiva e a aprovação e alteração de quaisquer outros em matéria de risco;
- O adiantamento por conta de lucros, salvo se previstos no orçamento ou no plano de negócio;
- A constituição de qualquer subsidiária (ou seja, sociedade cujo capital seja controlado em mais de 50% pela sociedade), ou a tomada de participação que altere a formação de uma subsidiária, bem como a perda de controlo de subsidiárias ou a alienação de unidades de negócio, salvo, em qualquer caso, as operações previstas no plano de negócio;
- O relatório do Conselho de Administração em sede de oferta pública de aquisição, tendo por objecto valores mobiliários emitidos pela sociedade;
- A destituição ou rescisão do respectivo contrato relativo aos auditores externos, se tal competência couber ao Conselho de Administração.

As deliberações do Conselho de Administração são registadas em acta, lavrada em livro próprio e assinada por todos os presentes.

Para regular o seu funcionamento interno, o Conselho de Administração delegou a gestão corrente da BF GA numa Comissão Executiva, composta por 3 a 7 membros, com os limites que foram fixados na deliberação que procedeu a essa delegação e no regulamento de funcionamento da Comissão Executiva do Conselho de Administração.

Periodicidade

As reuniões do Conselho de Administração são realizadas no mínimo mensalmente e sempre que convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração

Comissão Executiva do Conselho de Administração

Constituição	A gestão executiva da BFA GA é assegurada por 3, 5 ou 7 administradores, designados pelo próprio Conselho de Administração, que entre os mesmos, designará o seu Presidente. A actual Comissão Executiva do Conselho de Administração é composta por 3 membros.
Competências	No âmbito do seu regulamento, aprovado pelo Conselho de Administração e subordinado aos planos de acção e ao orçamento anual, bem como a outras medidas e orientações aprovadas pelo Conselho de Administração, a Comissão Executiva do Conselho de Administração dispõe de amplos poderes de gestão, necessários ou convenientes para o exercício da actividade bancária, nos termos e com a extensão com que a mesma é configurada na lei e, nomeadamente, poderes para decidir e representar a Sociedade. O seu exercício é objecto de permanente acompanhamento pelo Conselho de Administração, pelo Conselho Fiscal e pelo Auditor Externo.
Periodicidade	A Comissão Executiva do Conselho de Administração reúne, por convocação do seu Presidente, habitualmente uma vez por semana, e, no mínimo, uma vez por mês.

Conselho Fiscal

Constituição	A composição do Conselho Fiscal rege-se pelo disposto nos estatutos e funciona nos termos e com os objectivos definidos por Lei ou regulamentação, bem como de acordo com o seu Regulamento. O Conselho Fiscal é composto por um Presidente, dois vogais efectivos e um suplente, devendo um dos membros efectivos e o suplente ser contabilista ou perito contabilista. Os seus membros devem ser pessoas singulares com plena capacidade jurídica (Art. 433º da LSC), dotados das qualificações técnicas e da experiência profissional que lhes permita cumprir, de forma efectiva as responsabilidades que lhes estão cometidas.
Competências	<ul style="list-style-type: none">• Fiscalizar a administração da sociedade;• Zelar pela observância da lei e do contrato de sociedade;• Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;• Verificar a exactidão do balanço e da demonstração de resultados;• Verificar se os critérios valorimétricos adoptados pela sociedade conduzem a uma correcta avaliação do património e dos resultados;• Elaborar anualmente um relatório sobre a sua acção fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório, Contas e propostas apresentadas pela Administração;• Convocar a Assembleia Geral, quando o Presidente da respectiva Mesa o não faça;• Cumprir as demais atribuições constantes da lei, contrato de sociedade e directrizes da CMC.
Periodicidade	O Conselho Fiscal reúne pelo menos uma vez por trimestre.

Auditor Externo

Constituição	A auditoria externa é assegurada pela PriceWaterhouseCooper (Angola), Limitada. A BFA GA defende que os seus auditores são independentes na aceção dos requisitos regulamentares e profissionais aplicáveis e que a sua objectividade não se encontra comprometida. Nesse sentido, a BFA GA tem incorporado nas suas práticas e políticas de governo diversos mecanismos que acautelam a independência dos auditores.
Competências	<ul style="list-style-type: none"> Auditar as Demonstrações Financeiras da BFA GA com referência a 31 de Dezembro.
Periodicidade	O Auditor Externo efectua anualmente revisões de procedimentos a Direcções e/ou processos seleccionados para o efeito.

Os órgãos sociais da BFA GA nomeados para o triénio 2017-2019 são os seguintes:

MESA DA ASSEMBLEIA-GERAL

Presidente	António Simões Matias
Vice-Presidente	Rosário Manuel Alberto Dala
Secretário	Elizabeth dos Santos Tristão

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente	Jorge Albuquerque Ferreira
Vice-Presidente	Vera Tanguê Escórcio
Vogais	Rui Gonçalves Oliveira António Domingues Catana Pedro Alexandre Amorim

CONSELHO FISCAL

Presidente	Carlos Alberto Firme
Vogais	Henrique Camões Serra Mariana Assis

COMISSÃO EXECUTIVA

Presidente	Rui Gonçalves Oliveira
Vogais	António Domingues Catana Pedro Alexandre Amorim

SUPERVISOR

Comissão do Mercado de Capitais
Rua do MAT, Complexo Clássicos de Talatona, Bloco A5, 1º e 2º
Luanda, Angola
Contactos: (+244) 992 518 292 | 949 546 473
Fax: (+244) 222 704 609 | institucional@cmc.gv.ao

AUDITOR EXTERNO

PriceWaterhouseCooper (Angola), Limitada
Edifício Presidente, Largo 17 de Setembro n.º 3, 1º andar
Sala 137, Luanda –Tel: 227 286 109

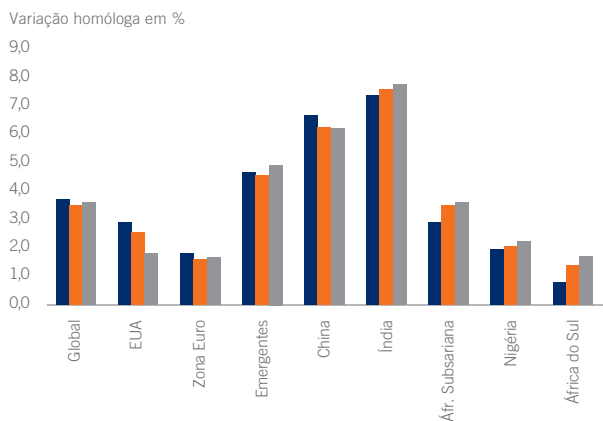
2. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO E DE MERCADO**2.1. PANORAMA ECONÓMICO INTERNACIONAL****Economia internacional**

De acordo com a estimativa do FMI, a economia mundial desacelerou ligeiramente em 2018, crescendo 3,7% - menos 0,1% que no ano anterior. A expansão global foi mais enfraquecida reflectindo uma dinâmica mais fraca em algumas economias, principalmente nas economias

mais avançadas, em que se verificou um avanço do PIB de 2,3% - 0,1 pontos percentuais (p.p.) a menos que em 2017. A desaceleração nas economias mais desenvolvidas foi generalizada, sendo mais pronunciada na Alemanha e no Japão (-1 p.p.), seguidos do Canadá (-0,9 p.p.), França (-0,8 p.p.) e EUA (-0,7 p.p.). Do lado das economias emergentes, com excepção do Médio Oriente, Norte de África, Afeganistão e Paquistão, que viram o crescimento acelerar ligeiramente de 2,2% para 2,4%, e a Comunidade de Estados Independentes que acelerou igualmente de 2,1% para 2,4%, houve igualmente uma desaceleração nas várias

regiões emergentes, principalmente devido ao crescimento mais lento no PIB da Europa de Leste (3,8% em 2018, menos 2,2 p.p. que em 2017), provocado essencialmente pela contracção económica na Turquia. A África Subsariana manteve o crescimento de 2,9%, influenciada pela prestação um relativamente melhor de uma das maiores economias da região, a Nigéria, cujo crescimento subiu de 0,8% em 2017 para 1,9% em 2018. Em sentido contrário, a África do Sul continuou a ter um desempenho bastante fraco, desacelerando inclusivamente, de 1,3% em 2017 para 0,8% em 2018.

Crescimento económico mundial



Fonte: FMI

Em relação a 2019, as previsões da economia global do FMI são de uma continuada, embora ligeira, desaceleração, para 3,5%. Este desempenho mais enfraquecido resultará fundamentalmente de uma menor dinâmica económica nas economias mais avançadas, cujo PIB crescerá apenas 1,7%, segundo a estimativa do Fundo. Por outro lado, as economias emergentes deverão desacelerar ligeiramente para 4,5%, apenas 0,1 p.p. a menos que em 2018; a desaceleração será provocada maioritariamente pelo desempenho da Europa emergente e em desenvolvimento, que crescerá apenas 0,7% – menos 3,1 p.p. que em 2018. Em contrapartida, na África Subsariana, está prevista uma aceleração do crescimento, para 3,5%, com uma ligeira recuperação do desempenho sul-africano (crescimento de 1,4%) a permitir um maior avanço destas economias.

Estas expectativas estão condicionadas em parte pelo comportamento dos mercados financeiros face à escalada das tensões comerciais em 2018. Em particular, elencam-se como riscos: os efeitos negativos dos aumentos de tarifas decretados nos Estados Unidos e na China, a introdução de novos padrões de emissão de combustível na Alemanha e as preocupações sobre o peso dos riscos soberanos e financeiros na economia italiana, que podem vir a enfraquecer o sentimento do mercado sobre o país. Por outro lado, uma série de factores começam a surgir, desencadeando tensões que poderão ter consequências negativas nas expectativas dos agentes económicos, como a provável retirada “sem acordo” do Reino Unido da União Europeia e uma possível desaceleração maior do que a prevista na China.

Mercados Financeiros

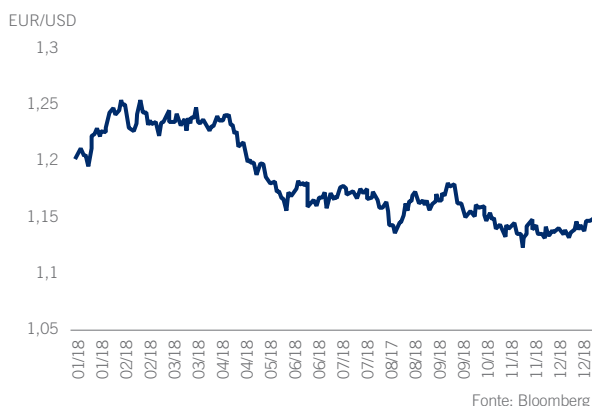
Em 2018, os mercados financeiros foram marcados, em geral, por uma tendência de aperto da política monetária norte-americana, em conjunto com um aumento da volatilidade nas bolsas, e alguma negatividade causada pelos desenvolvimentos na guerra comercial entre os Estados Unidos e a China, que levou à aplicação mútua de tarifas no comércio de bens.

Na economia americana, observaram-se 4 aumentos da taxa dos Fed funds, o último dos quais em Dezembro, que elevaram a mesma para o intervalo entre 2,25% e 2,50%. Em conjunto com os 3 aumentos de 2017, pode-se assim considerar que a política monetária norte-americana deixou assim de ter um carácter marcadamente acomodatório, ainda que também não se possa considerar neutral, dados os níveis mínimos históricos em que se encontra a taxa de desemprego. Por outro lado, 2018 foi o ano em que começou a ser reduzido o balanço da Reserva Federal: de cerca de USD 4,44 biliões no final de 2017 para USD 4,06 biliões no final de 2018, ou seja, uma redução de quase USD 400 mil milhões, levada a cabo através do vencimento dos activos actualmente detidos pelo banco central. As taxas de juro acompanharam a política monetária, com a Libor a 3 meses do USD a subir, de 1,69% no final de 2017

para 2,80% no final de 2018, o que configura máximos de 10 anos. Para 2019, espera-se uma continuação do ciclo de aumento de taxas, embora provavelmente a um ritmo não tão elevado como em 2018.

Na Zona Euro, o cenário continuou a ser o de uma política altamente acomodatória. Durante 2018, continuou a compra de activos adicionais por parte do BCE, que elevou o montante detido para acima de EUR 4,65 biliões no final do ano passado, de cerca de EUR 4,45 biliões no início de 2018; a compra de activos terminou em Dezembro, sendo aplicada uma política de reinvestimentos que manterá em máximos o nível de activos detidos pelo Eurosystem. A nível das taxas relevantes para a política monetária, não houve qualquer alteração, com a refirite a 0%, a taxa da facilidade permanente de cedência de liquidez em 0,25% e a de depósitos em -0,40%. Assim, a Euribor a 3 meses

Taxa de câmbio EUR/USD



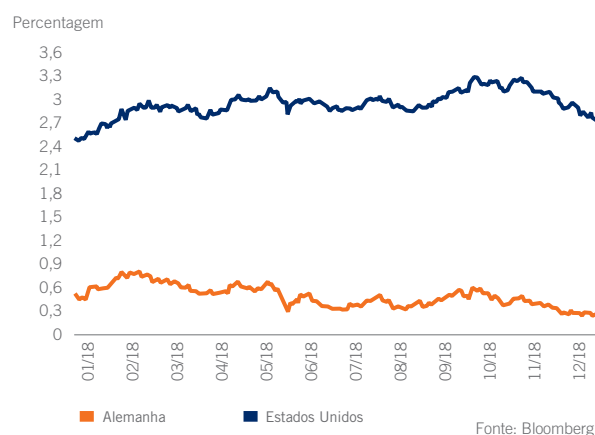
abaixo dos 1,15, tendo mesmo chegado a registar valores à volta dos 1,12 em Novembro, o que compara com os 1,20 em que o par tinha terminado o ano de 2017. A nível agregado, o índice do Dólar registou também uma subida

manteve-se igualmente estável, subindo apenas de -0,33% para -0,31% durante o curso do ano. Prevê-se que não haja alteração de taxas durante o primeiro semestre de 2019, pelo menos.

No que toca ao mercado de dívida pública, destaque para a subida da yield da dívida pública norte-americana até Setembro/Outubro, tendo nessa altura registado máximos de 3,23% (o nível mais alto desde 2011) no prazo de 10 anos. Posteriormente, a evolução negativa dos mercados e das perspectivas económicas levou a uma correcção, tendo a mesma yield terminado o ano a 2,69%, ainda assim acima dos 2,41% verificados no início de 2018. Quanto ao Bund alemão, este viu a yield descer em 2018, terminando o ano a 0,24%, abaixo dos 0,43% do final de 2017.

Em 2018, o Dólar recuperou parte da quebra testemunhada em 2017 face ao Euro, com o EUR/USD a terminar o ano

Yield da dívida soberana a 10 anos



durante o ano, havendo um movimento de valorização sustentada face às moedas dos países emergentes. Esta valorização do Dólar deveu-se principalmente ao efeito da política monetária norte-americana.

2.2. PANORAMA ECONÓMICO NACIONAL

ECONOMIA ANGOLANA

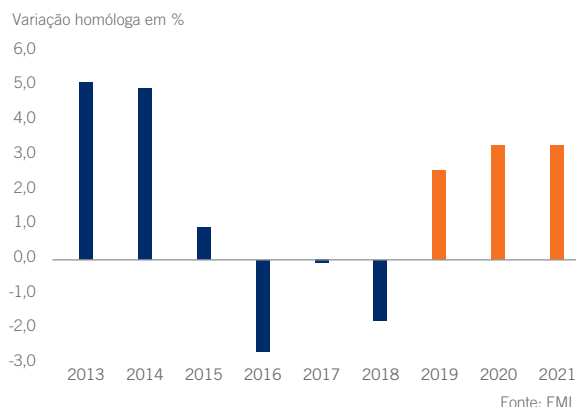
Actividade económica

Em 2018, nos primeiros 9 meses do ano, o PIB registou uma quebra de 2,7%, principalmente devido à quebra de 8,7% yoy na actividade no sector dos hidrocarbonetos. Para a totalidade do ano, as projecções do FMI apontam para uma quebra de 1,7% do PIB, sobretudo devido ao desempenho do sector petrolífero e do gás, que deverá ter decrescido em 8,2%. Em contrapartida, a mesma projecção espera uma estagnação do sector não-petrolífero. 2018 terá assim sido o terceiro ano de recessão económica, após as quebras de 2,6% em 2016 e de 0,2% em 2017. No caso da indústria petrolífera, a quebra económica deve-se a um menor volume de produção: a partir dos dados do OGE, estima-se uma produção de 1,52 milhões de barris diários (mbd) de crude, bem abaixo dos 1,64 mbd produzidos em 2017; esta diminuição no volume produzido deve-se ao comportamento das explorações petrolíferas mais maduras, em acentuado declínio, acompanhado pela falta de novos projectos, com a excepção de Kaombo. Por outro lado, apesar do aumento do preço do barril face a 2017, este factor não se terá reflectido num crescimento da economia não-petrolífera, sobretudo devido à estratégia do Estado angolano em aproveitar as receitas extraordinárias para amortizar dívida pública doméstica, levando assim a cabo a uma consolidação orçamental mais pronunciada do que se esperava.

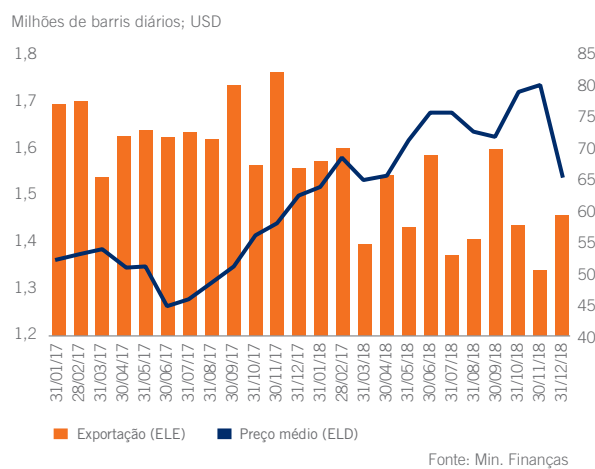
Em 2019, deverá ocorrer uma recuperação da actividade económica, com o FMI a esperar um crescimento de 2,5%, suportado por uma subida de 3,1% no sector petrolífero e de 2,2% na restante economia. O sector petrolífero deverá testemunhar um aumento do volume da produção, se concretizado o potencial das actuais explorações e dos novos investimentos, em Kaombo (Sul e Norte) e em Vandumbu, no Bloco 15.06, facto que dependerá da duração e do cumprimento por parte de Angola, do acordo de redução de produção por parte de OPEP e outros países. Por outro lado, a evolução da economia não-petrolífera estará dependente da evolução do preço do petróleo. A melhoria das condições do ambiente económico deverá

também levar a um reinício do investimento, embora ainda a um passo gradual.

Crescimento económico



Exportações petrolíferas e preço mensal do petróleo mensais



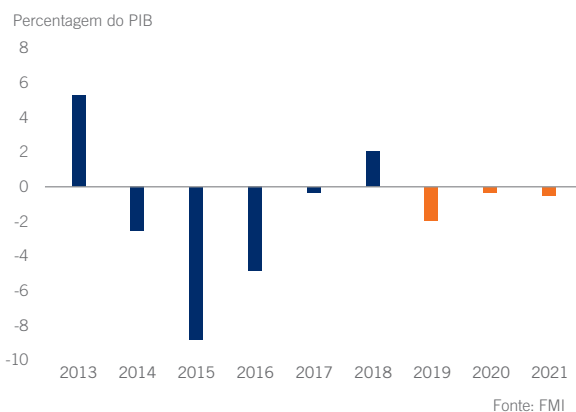
Sector externo

No sector externo, segundo as projecções do FMI, 2018 foi caracterizado por uma ligeira melhoria na situação de desequilíbrio em Angola, com o país a mover-se firmemente para uma posição externa em linha com os fundamentos e políticas desejáveis. Olhando para o saldo da balança corrente, espera-se que esta apresente um superávit de quase 2% do PIB em 2018, reflectindo o aumento do valor exportações de petróleo, devido aos preços favoráveis do petróleo no decorrer do ano, tal como um crescimento

diminuto das importações. Este aumento terá resultado da maior disponibilização de divisas, que terá permitido a redução gradual da procura acumulada de importações, sendo limitado pela fraca actividade económica.

No que toca ao comportamento das reservas em 2018, estas observaram uma descida, de USD 2,96 mil milhões face a Dezembro de 2017, tendo-se fixado em 10,63 mil milhões (-21,77%). Em 2017, a quebra tinha sido de USD 7,2 mil milhões. O crescimento das receitas petrolíferas permitiu abrandar o desgaste das RIL, permitindo também um crescimento ligeiro da alocação de divisas. Além disso, o Fundo projecta que a posição de investimento internacional se deteriore ainda mais em 2018, para um valor à volta de -20% do PIB: este declínio reflectirá o aumento do passivo externo do sector público, principalmente devido à emissão de Eurobonds, e ao aumento nos passivos de investimento directo estrangeiro líquido em relação ao PIB.

Saldo da Balança Corrente



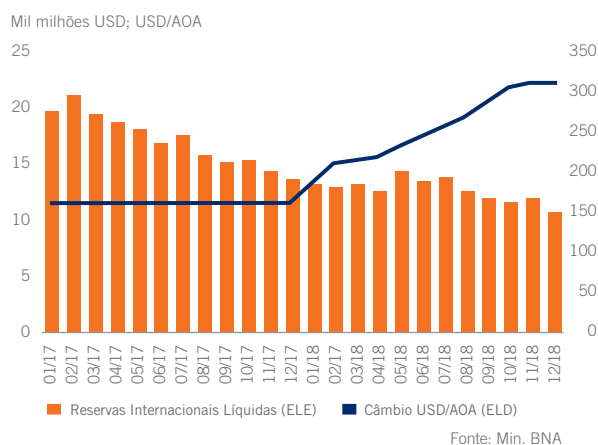
Contas públicas, inflação e taxas de juro

Em 2018, o Estado terá levado a cabo uma consolidação orçamental mais pronunciada do que o esperado, aproveitando maiores receitas petrolíferas face à previsão orçamental; segundo o FMI, registou-se um superávit de 0,4% do PIB, o que compara com um défice esperado acima de 3%; em 2017, as contas tinham apresentado um défice de 6,3% do PIB. Em 2019, deverá observar-se um novo superávit, com o FMI a estimar que este se fixe em 1,3% do PIB. No que toca à dívida, esta sofreu um ajuste

Após a mudança no mecanismo de determinação da taxa de câmbio, que deixou assim de estar fixa, a economia do país tem vindo gradualmente a transitar para uma posição de equilíbrio externo, consistente com os fundamentos de médio prazo e as políticas desejadas. Assim, a depreciação ocorrida foi de mais de 48,9% face ao USD e 36,3% face ao EUR – câmbio em cerca de USD/AOA 309 e EUR/AOA 353. A correcção foi acompanhada pelo estreitamento acentuado do spread entre as taxas de câmbio paralela e oficial durante este ano, de um spread de 168% em Janeiro para um de 33% em Dezembro.

Em suma, o ano de 2018 permitiu uma diminuição gradual dos desequilíbrios externos, embora seja expectável, na perspectiva do FMI, que alguns desequilíbrios piores de novo em 2019, nomeadamente o saldo da balança corrente.

Reservas Internacionais e Câmbio



significativo, devido ao efeito cambial, passando de 68,5% do PIB para 91,0% no final de 2018, o que inclui já a dívida da Sonangol. Em 2019, o FMI espera que a dívida termine o ano em cerca de 79,1% do PIB.

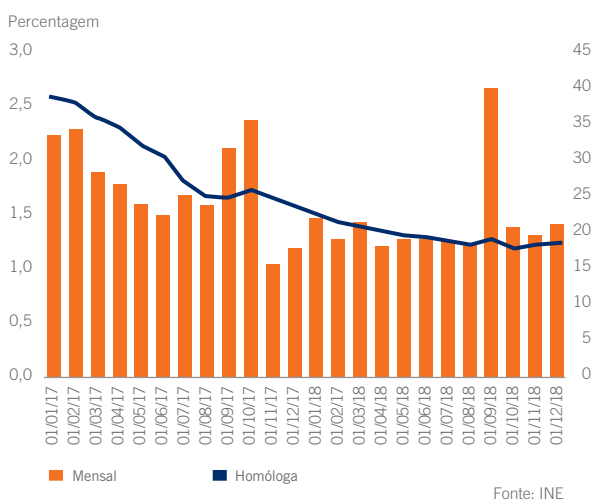
A inflação teve em 2017 o percurso inverso ao observado em 2016, registando ao mesmo tempo uma média bastante semelhante. O valor médio da inflação fixou-se em 31,7% no ano passado, ligeiramente abaixo dos 32,4% registados em 2016, mas, ao contrário do que aconteceu em 2016, a inflação homóloga assumiu um caminho descendente ao

longo do ano, desde o máximo anual de 40,4% em Janeiro até um mínimo de 26,3% no último mês de 2017.

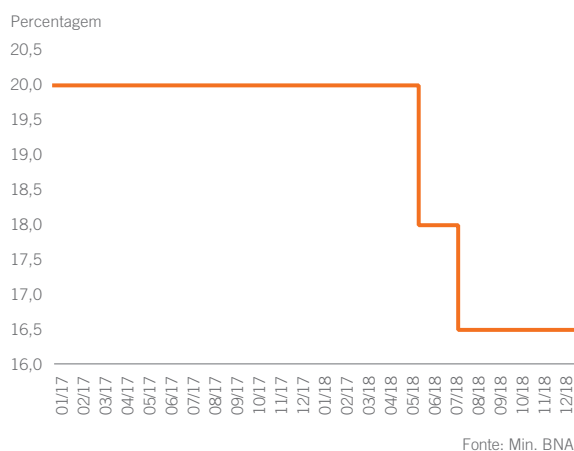
A política monetária manteve-se restritiva em 2017, à semelhança de 2016, com o objectivo de fazer recuar a inflação. A taxa de referência do BNA manteve-se em 16% durante quase todo o ano, aumentando para 18% a meio

de Dezembro. A taxa de cedência e a taxa de redesconto mantiveram-se em 20% durante todo o ano, enquanto a taxa de absorção a 7 dias testemunhou sucessivas descidas, de 7,25% para 5,25% em Junho, para 3,25% em Julho, para 2,75% em Agosto e para 0% no final do ano, de modo a incentivar os empréstimos no mercado interbancário.

Inflação Nacional



Taxa de Juro de Referência do BNA



2.3. O MERCADO DE CAPITAIS

Participantes do Mercado

Durante o ano de 2018, verificou-se uma variação positiva de 21% no que diz respeito ao número de agentes participantes do Mercado de Capitais, passando de 58 (Dez.17) para 70 até Dez.18, e divididos da seguinte maneira:



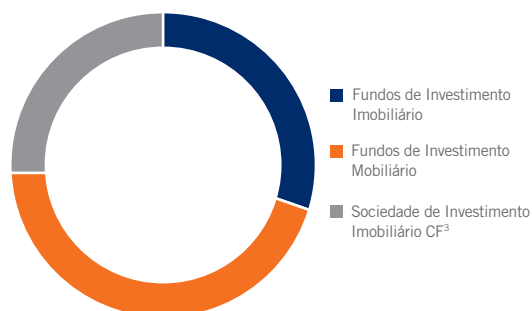
Organismos de Investimento Colectivo

O ano de 2018, terminou com um total de 14 organismos de investimento colectivo, dos quais 7 correspondem aos OICs em valores mobiliários e os outros 7 correspondem aos OICs em valores imobiliários e 2 destes foram constituídos sob a forma de sociedades de investimento.

Valores em Mil Milhões de AOA

Valor sobre gestão por tipo de organismos de investimento colectivo	Novembro
Fundos de Investimento Imobiliário	17,58
Fundos de Investimento Mobiliário	26,79
Sociedade de Investimento Imobiliário CF ³	17,83

Fonte: CMC | ³ CF - Capital Fixo



Valor sobre gestão por tipo de activos dos organismos de investimento colectivo	Novembro
Activos Imobiliário	61,21
Disponibilidades	4,75
Dívida Pública	21,53

Fonte: CMC

Mercados BODIVA

Em 2018 foram negociados na BODIVA, transacções avaliadas em 795,00 mil milhões de Kwanzas, o que representa uma variação positiva de 270,00 mil milhões quando comparado ao ano de 2017 (525,00 mil milhões de Kwanzas). O Banco de Fomento Angola terminou como sendo o maior negociador na BODIVA com um total de 726,00 mil milhões de Kwanzas transaccionado e 2 798,00 foi o total de negócios feitos.

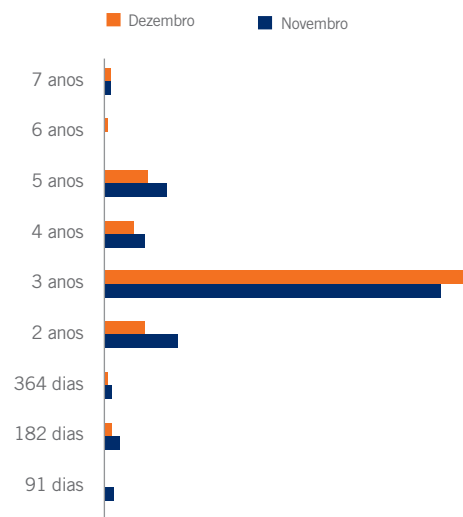
Mercado Primário	
Volume de Transacções por Tipo de Activo	Dezembro
Obrigações Privadas	0,70
Total	0,70

Mercado Secundário	
Volume de Transacções por Tipo de Activo	Dezembro
Bilhetes do Tesouro	1,14
Obrigações do Tesouro	
OT-TX	62,51
OT-NR	6,71
Sub-total	70,36
Total	71,06

Fonte: CMC, BODIVA

Volume de Transacções por Maturidade do Activo		
	Maturidades	Dezembro
Bilhetes do Tesouro	91 dias	0,18
	182 dias	0,56
	364 dias	0,40
Sub-total		1,14
Obrigações do Tesouro	2 anos	5,70
	3 anos	51,31
	4 anos	4,49
	5 anos	6,37
	6 anos	0,33
	7 anos	1,01
Sub-total		69,65
Total		70,36

Fonte: BODIVA



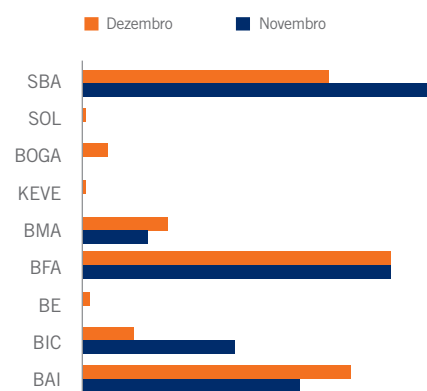
Volume de Transacções por segmento de Mercado

Segmentos	Clientes	Novembro	Dezembro
Mercado Bilateral	Bancos	0,71	
	Outros Clientes*	15,65	0,71
	Sub-total	16,36	0,71
Mercado Multilateral	Bancos	19,38	17,38
	Outros Clientes*	41,67	52,27
	Sub-total	61,05	69,65
Total		77,41	70,36

Fonte: BODIVA | *Inclui particulares e instituições financeiras não bancárias

Volume de Transacções por Intermediário	
Intermediários²	Dezembro
BAI	18,96
BIC	3,72
BE	0,62
BFA	21,79
BMA	5,99
KEVE	0,13
BCGA	1,78
SOL	0,15
SBA	17,49

Fonte: CMC, BODIVA | ² Apenas reportados os intermediários que realizam negociações nos meses em análise



3. ACTIVIDADE E DESEMPENHO

O ano de 2018, não foi um ano muito diferente ao de 2017, marcado por sucessivos desafios nos diversos sectores da economia tendo como consequência algumas melhorias no que diz respeito à conquista da confiança dos investidores nacionais e internacionais e por outro as diversas oscilações, algumas para positivo e outras para negativo sobre os vários indicadores económico-financeiros do país. Verificou-se também durante o ano, períodos em que o preço do petróleo atingia o máximo dos 70,00 USD por barril e noutros a baixar até os 48,00 USD, facto este que acabará por desencadear uma revisão do OGE para 2019.

Não obstante a estes desafios, de modo geral, pode dizer-se que o desempenho da actividade da BFA GA, foi tida como sendo bastante positiva, principalmente pelo facto de durante o ano de 2018 ter liquidado com sucesso o seu primeiro Fundo que foi denominado BFA Oportunidades, tendo superado as expectativas de rentabilidade previstas a quando do seu lançamento, tendo mesmo alcançado a melhor rentabilidade líquida do Mercado de 18,06%. O sucesso desta primeira operação, abriu lugar para o BFA Oportunidades II, que fechou, em Agosto a fase de

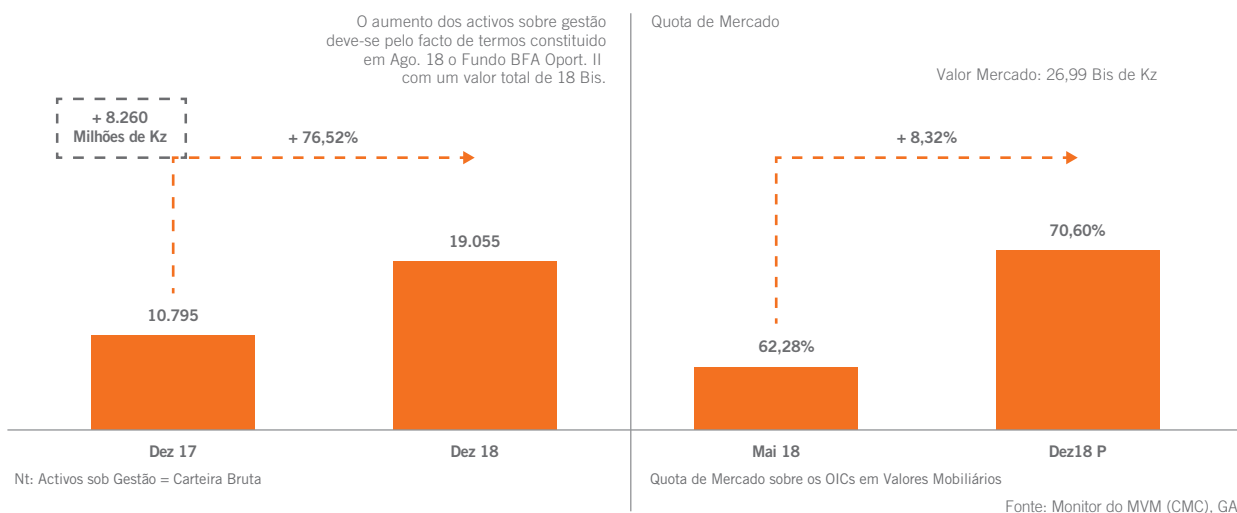
comercialização com subscrições de 18,00 mil milhões Kz, 44% acima do inicialmente previsto e subscrito por mais de 1.800 investidores. O fundo fechado, a um ano, foi lançado, num prazo record de cerca de um mês com uma carteira composta maioritariamente por títulos do Tesouro, tendo ainda uma componente de depósitos a prazo.

Outro feito, foi o facto de ter sido o segundo ano de actividade da BFA GA e ter conseguido o primeiro resultado líquido positivo, considerando que a mesma encontra-se constituída apenas desde Dezembro de 2016, o que demonstra a forte aposta na inovação do grupo ao qual a BFA GA está inserida.

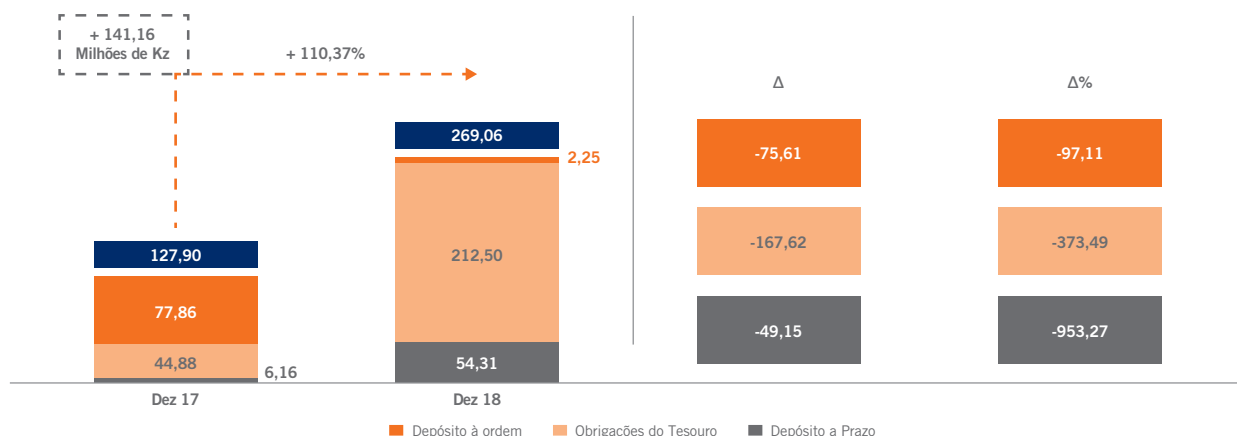
A BFA GA terminou o ano de 2018 com uma quota no mercado sobre os organismos de investimento colectivo em valores mobiliários de 71%, ficando deste modo na 1ª posição no ranking das sociedades gestoras que actuam no mercado.

A BFA GA terminou o ano de 2018 com um total de 19.055 M.Kz em Activos sobre a gestão, +8.260 M.Kz quando comparada à Dez.17 (10.795,00 M.Kz), o que representa em termos relativos, um crescimento de 76,52%.

Aumento dos Activos sobre Gestão e a Quota de Mercado



Ao longo do ano a BFA GA manteve a sua estratégia de investimento “criar e acrescentar valor”, tendo verificado no seu Balanço, um saldo final em carteira, o total de 269,06 M.Kz em carteira, +141,16 M.Kz face a Dez.17 (127,90 M.Kz). A Carteira encontrava-se composta da seguinte maneira: 78,98% em Obrigações de Tesouro, 20,18%, em Depósitos a Prazo do BFA e 0,84% em Depósito à Ordem.



Estes sucessos foram resultado da dinâmica da equipa jovem que a BFA GA dispõe, pelo compromisso, transparência, democracia, resiliência; antecipação das necessidades dos nossos parceiros de negócio e oferta de produtos diferenciados; e, por outro lado, pelo facto da BFA GA estar inserida no Grupo BFA, caracterizado pela sua solidez e com reconhecimento nacional e internacional.

Consideramos que o ano de 2019 será muito diferente em alguns aspectos e noutros não face ao ano de 2018, principalmente, do ponto de vista dos desafios que nos coloca o contexto macroeconómico. Porém, manter-nos-emos focados nos objectivos traçados e agarrados ao compromisso que temos com o mercado, continuando a oferecer produtos e serviços de qualidade e diferenciados, apoiar o regulador na expansão dos conhecimentos financeiros ao mercado e noutros desafios que surgirem.

4. SISTEMA DE CONTROLO INTERNO E GESTÃO DE RISCO

O Sistema de Controlo Interno da BFA GA consiste no plano de organização de todos os métodos e procedimentos adoptados pela Administração para a consecução do objectivo de gestão de assegurar, tanto quanto for praticável, a metódica e eficiente conduta das suas actividades. Inclui-se como objectivos, a adesão às políticas

da administração, a salvaguarda dos activos, a prevenção e detecção de fraudes e erros, a precisão e plenitude dos registos contabilísticos e a atempada preparação de informação financeira fidedigna.

Em virtude da BFA GA se encontrar em início de actividade, e havendo necessidade de cumprir não só com os requisitos legais e regulamentares, mas também com as best practices, o Banco de Fomento Angola, S.A. (“BFA”), no âmbito da relação de grupo e da posição de controlo sobre a BFA GA, além do know-how relativo às matérias de controlo interno e gestão de risco, partilha parte do seu Sistema de Controlo Interno e Gestão de Risco.

O actual Sistema de Controlo Interno da BFA GA é constituído por 4 componentes, com objectivos e instrumentos específicos, que suportam o adequado e integrado Sistema de Controlo Interno da BFA GA:

1. Ambiente de Controlo: diz respeito às atitudes dos órgãos da administração e colaboradores da BFA GA, considerando os níveis de conhecimento e experiência a adequados às funções, bem como os elevados princípios éticos e de integridade com que actuam.
2. Sistema de Gestão de Risco: visa estabelecer um conjunto de políticas e processos integrados que assegurem a correcta identificação, avaliação,

monitorização, controlo e reporte dos riscos. Deve considerar todos os riscos relevantes e garantir a sua gestão eficaz, consistente e tempestiva.

3. Informação e Comunicação: Os sistemas de informação e comunicação da BFA GA devem assegurar informação completa, fiável, consistente, compreensível e alinhada aos objectivos e medidas definidos, bem como procedimentos de recolha, tratamento e divulgação da mesma, em conformidade com as melhores práticas.
4. Monitorização: a monitorização do sistema de controlo interno diz respeito à contínua e eficaz detecção tempestiva das deficiências ao nível da estratégia, políticas, processos e todas as categorias de risco, bem como princípios éticos e profissionais.

4.1.POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS

A política de distribuição de resultados está estabelecida nos Estatutos, que define a seguinte prioridade de utilização dos lucros:

- Cobertura de prejuízos transitados de exercícios anteriores;
- Formação ou reconstituição de reserva legal;
- Formação ou reconstituição de reservas especiais impostas por lei;
- Pagamento do dividendo prioritário que for devido às acções privilegiadas, nomeadamente preferenciais sem voto, que a BFA GA porventura haja emitido;
- 40% da parte restante para distribuição a todos os accionistas, salvo se a Assembleia Geral deliberar por uma maioria correspondente a dois terços do capital social, a sua afectação, no todo ou em parte, à constituição e/ou reforço de quaisquer reservas, ou à realização de quaisquer outras aplicações específicas de interesse da Sociedade;
- A parte remanescente, a aplicação que for deliberada pela Assembleia Geral por maioria simples.

Actualmente, a distribuição de resultados é alocada para formação da reserva legal.

4.2.PRINCÍPIOS ÉTICOS E CONFLITOS DE INTERESSE

A conduta ética de todos os colaboradores da BFA GA é um dos factores críticos para o desenvolvimento e sucesso de uma organização, uma vez que comporta benefícios, não só ao nível reputacional, mas também no que respeita à eficiência operacional, gestão prudencial dos riscos e satisfação dos próprios colaboradores.

Neste sentido, o Código de Conduta, o Regulamento do Conselho de Administração e o Regulamento da Comissão Executiva contemplam os mais altos padrões de actuação, em conformidade com princípios éticos e deontológicos, e definem regras, princípios e procedimentos no sentido de permitir a identificação, monitorização e mitigação de conflitos de interesse.

A BFA GA promove a transparência nas relações, envolvendo órgãos sociais e colaboradores, inibindo a participação em actividades ilegais bem como a tomada excessiva de risco, o que contribui para a transparência das relações contratuais entre o Banco e as suas contrapartes. A BFA GA, estipula, ainda, que, quer os membros dos órgãos sociais quer os colaboradores, não podem receber ofertas de valor não simbólico que comprometam o exercício das suas funções com total independência.

A actividade profissional dos membros dos órgãos sociais e dos colaboradores pertencentes à BFA GA rege-se pelos princípios éticos definidos no Código de Conduta da BFA GA, aprovado no Conselho de Administração, cujas linhas principais se resumem:

1. Assegurar que para além de cumprir as regras e deveres que decorrem das disposições legais e regulamentares aplicáveis, a actividade da BFA GA, dos membros dos órgãos sociais e dos colaboradores será prosseguida de acordo com o rigoroso cumprimento dos princípios éticos e deontológicos e com exemplar comportamento cívico;
2. Garantir diligência e competência profissionais, designadamente no desempenho das funções profissionais, em observância aos ditames da boa-fé e actuar de acordo com elevados padrões de diligência, lealdade e transparência. Garantir aos Clientes e

às autoridades competentes, o dever de segredo profissional e uma resposta rigorosa, oportuna e completa às solicitações apresentadas;

3. Gerir o Conflito de Interesses: (i) nas situações em que haja conflito entre os interesses de dois ou mais clientes deverão ser resolvidas com ponderação e equidade, de modo a assegurar um tratamento imparcial às partes envolvidas; (ii) os conflitos entre interesses de clientes, por um lado, e os da BFA GA ou dos seus colaboradores e membros dos órgãos sociais, por outro, suscitados no âmbito da actividade corrente, devem ser resolvidos através da satisfação dos interesses dos clientes, salvo nos casos em que exista alguma razão de natureza legal ou contratual para proceder de forma diferente;
4. Proibir benefícios ilegítimos e abuso de posição: não é permitido aos membros dos órgãos sociais ou aos colaboradores solicitar, aceitar ou receber, para si ou para terceiro, qualquer vantagem, patrimonial ou não patrimonial, ou a sua promessa, relacionada ou que represente a contrapartida de qualquer acto ou omissão praticado no desempenho das suas funções ao serviço do Banco (quer esse acto constitua ou não violação dos seus deveres funcionais);
5. Relações com as Autoridades: nas relações com as autoridades de supervisão – CMC -, bem como com a Administração Fiscal e as autoridades judiciais, os membros dos órgãos sociais e os colaboradores devem proceder com diligência, solicitando aos respectivos superiores hierárquicos o esclarecimento das dúvidas que, eventualmente lhes surjam;
6. Nos contactos com os clientes e com o mercado, os órgãos sociais e colaboradores da BFA GA devem pautar a sua conduta pela máxima discrição e devem guardar sigilo profissional acerca dos serviços prestados aos seus clientes e sobre os factos ou informações relacionadas com os mesmos ou com terceiros, cujo conhecimento lhes advenha do desenvolvimento das respectivas actividades.

Entendendo a importância da definição de um claro e objectivo manual de referência de comportamentos que constitua uma ferramenta de orientação ética na tomada de decisões em contexto empresarial, a BFA GA disponibiliza o Código de Conduta da instituição a todos os colaboradores.

4.3.SISTEMA DE GESTÃO DE RISCO

O Sistema de Gestão do Risco permite obter uma visão e gestão integradas dos riscos a que as instituições se encontram expostas, de forma a mitigar as potenciais perdas associadas à ocorrência de eventos de risco. Na BFA GA, o Sistema de Gestão do Risco compreende como funções essenciais:

- Definição da Estratégia
- Identificação e avaliação da exposição aos riscos
- Monitorização e controlo
- Reporte e avaliação de desempenho

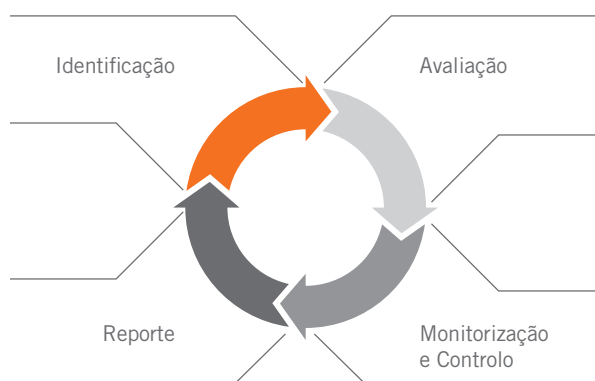
A gestão de riscos na BFA GA assenta, assim, na constante identificação e análise da exposição aos diferentes tipos de risco, bem como na execução de estratégias de optimização de resultados face aos mesmos. Destaca-se, ainda, o integral respeito pelas restrições e limites pré-estabelecidos e devidamente supervisionados.

Ainda neste âmbito, a BFA GA tem em desenvolvimento um extenso plano de criação e melhoria de procedimentos, processos e normativos internos, no sentido de identificar e corrigir eventuais falhas e melhorar a respectiva abrangência e objectividade.

A monitorização do sistema de controlo interno, é essencialmente conduzida pela Direcção de Auditoria e Inspecção (“DAI”) do BFA, que procura avaliar a efectividade, eficácia e a adequação do sistema, através da monitorização do cumprimento dos processos e procedimentos estipulados.

A DAI é responsável por garantir análises periódicas às actividades da BFA GA, por forma a salvaguardar a integridade e segurança de activos da BFA GA, bem como o cumprimento da regulamentação e normativo interno aplicáveis e o controlo dos riscos. Adicionalmente, a DAI é responsável por verificar a adequação dos diversos processos de controlo face aos novos riscos identificados e a sua adequação à legislação vigente relativa a cada processo.

O modelo de gestão de risco Compliance da BFA GA, conduzido pela Direcção de Compliance do BFA, é essencialmente composto por quatro fases:



Identificação

Identifica os riscos actuais e potenciais a que a BFA GA está sujeita, através do recurso a informação actualizada, tempestiva e fiável das diversas áreas. Esta fase tem como principais actividades:

- Reunir informação fiável e tempestiva das diversas áreas;
- Definir a estratégia para identificação de riscos;
- Identificar riscos existentes ou novos;
- Definir e rever indicadores e limites de risco; e
- Incorporar recomendações dos relatórios de risco.

Avaliação

Avalia toda a informação recolhida das diversas áreas, para posterior submissão a mecanismos de avaliação qualitativos ou quantitativos consistentes e auditáveis. Esta fase tem como principais actividades:

- Reunir dados fiáveis e tempestivos das diversas áreas;
- Definir pressupostos e modelos de mensuração do risco;
- Desenvolver modelos de mensuração do risco;
- Calcular e analisar o impacto dos riscos identificados;
- Validar e garantir a actualização e adequabilidade dos modelos de mensuração de risco; e
- Sujeitar os modelos de mensuração a auditorias periódicas e implementar as respectivas recomendações de melhoria, caso existam.

Monitorização e Controlo

A gestão do risco é sujeita a um processo de monitorização contínuo. Para isso são definidos limites e mecanismos de controlo. Esta fase tem como principais actividades:

- Monitorizar indicadores de risco;
- Monitorizar os limites definidos no plano de contingência de risco;
- Garantir a actualização e adequabilidade dos indicadores e limites aos diferentes ciclos económicos;
- Desenvolver mecanismos de controlo e alertas de risco;
- Efectuar stress testing com base na definição de cenários de risco; e
- Monitorizar a adequação do Sistema de Gestão de Riscos.

Reporte

O reporte dos resultados e mecanismos utilizados, deve ser comunicado sempre que exista necessidade ou mediante uma periodicidade definida estabelecida pelas entidades reguladoras ou internamente. Esta fase tem como principais actividades:

- Elaborar relatórios com base na informação disponibilizada;
- Elaborar recomendações para mitigação do risco;
- Submeter os relatórios para análise do Conselho de Administração e da Comissão Executiva do Conselho de Administração;
- Elaborar plano de acção e responsabilidades para mitigação do risco;
- Promover a divulgação dos relatórios de forma estruturada às áreas da BFA GA; e
- Monitorizar a implementação das actividades definidas no plano de acção.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Balanço

(Valores em Akz)

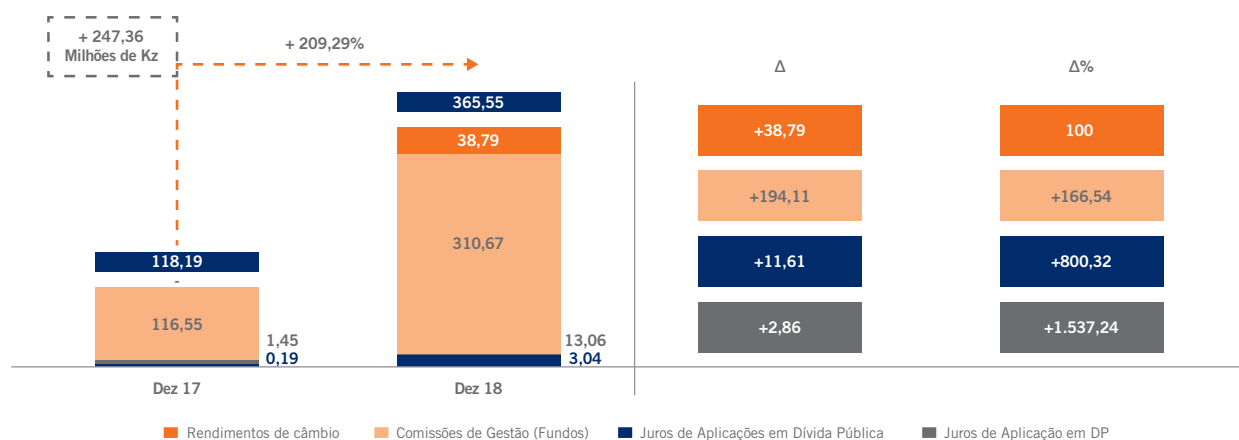
ACTIVO	Notas	Valor Bruto	Provisões Imparidades Amortizações Depreciações	Valor Líquido (31-12-2018)	(31-12-2017)
Disponibilidades	4	56 559 750	-	56 559 750	83 018 349
Títulos e valores mobiliários	5	212 495 390	-	212 495 390	44 878 634
Créditos	6	29 408 927	-	29 408 927	40 004 182
Negociação e Intermediação de Valores		-	-	-	660 660
Activos imobiliários	7	37 196 284	(22 260 073)	14 936 211	26 388 235
Activos Fixos Tangíveis		10 636 022	(4 555 003)	6 081 019	8 680 508
Activos Fixos Intangíveis		26 560 262	(17 705 070)	8 855 192	17 707 727
TOTAL DO ACTIVO		335 660 350	(22 260 073)	313 400 277	194 950 060

(Valores em Akz)

PASSIVO	Notas	(31-12-2018)	(31-12-2017)
Outras Obrigações	8	109 694 162	145 473 144
TOTAL DO PASSIVO		109 694 162	145 473 144
Capital	9	50 000 000	50 000 000
Lucros e Prejuízos Acumulados		(523 085)	-
Resultado Líquido do Exercício		154 229 199	(523 084)
TOTAL DE FUNDOS PRÓPRIOS		203 706 115	49 476 916
TOTAL DO PASSIVO E DOS FUNDOS PRÓPRIOS		313 400 277	194 950 060

Da análise das tabelas representativas acima, em 31 de Dezembro de 2018, o activo total líquido da BFA GA estava em AOA 313,40 milhões, que representa um aumento de 60,8% relativa a 2017. Os activos financeiros e o remanescente do capital social realizado disponível na conta à ordem, representam a maior parcela do activo, com 68% e 18% respectivamente. Do lado do passivo, destacam-se as Outras Obrigações, que corresponde aos montantes devidos pela BFA – Gestão de Activos ao accionista BFA, a título de reembolso de despesas relacionadas com pessoal e gestão, incorridas no exercício de 2018, no montante de 109,60 Milhões.

2. Demonstrações de Resultados

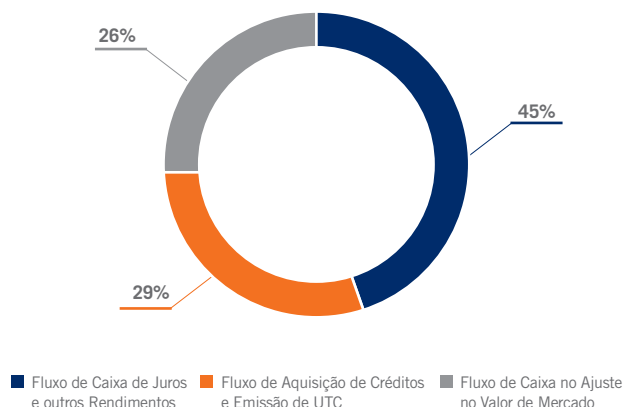


A Sociedade obteve proveitos no montante de AOA 365,50 milhões.

As rubricas que contribuíram para o alcance da receita recebida (365,55 M.Kz) foram:

- As comissões de Gestão de Fundos de Investimento contribuíram com 84,98%,
- Rendimentos de Câmbio com 10,61%,
- Juros de Aplicações em Dívida Pública com 3,57% e
- Juros de Aplicações em Depósitos a Prazo com 0,83%

correspondentes a 29%, 45% e 26% respectivamente, conforme pode ser observado no gráfico abaixo.



3. Demonstrações de Fluxos de Caixa

A BFA GA registou até ao final do ano de 2018 recebimentos no valor de AOA 172,90 milhões, provenientes essencialmente da realização do capital social, comissões de gestão do fundo BFA Oportunidades, e investimentos em títulos

Com relação aos pagamentos realizados em 2017, destacam-se os relativos a compra de obrigações e os custos associados a essa compra, AOA 89,00 milhões e custos inerentes a aplicações financeiras, AOA 4,90 milhões.



02

**DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS E
NOTAS ÀS CONTAS**

Demonstrações Financeiras e Notas às Contas

1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanço em 31 de Dezembro 2018

(Valores em Akz)

ACTIVO	Notas	Valor Bruto	Provisões Imparidades Amortizações Depreciações	Valor Líquido (31-12-2018)	(31-12-2017)
Disponibilidades	4	56 559 750	-	56 559 750	83 018 349
Títulos e valores mobiliários	5	212 495 390	-	212 495 390	44 878 634
Créditos	6	29 408 927	-	29 408 927	40 004 182
Negociação e Intermediação de Valores		-	-	-	660 660
Activos imobiliários	7	37 196 284	(22 260 073)	14 936 211	26 388 235
Activos Fixos Tangíveis		10 636 022	(4 555 003)	6 081 019	8 680 508
Activos Fixos Intangíveis		26 560 262	(17 705 070)	8 855 192	17 707 727
TOTAL DO ACTIVO		335 660 350	(22 260 073)	313 400 277	194 950 060

(Valores em Akz)

PASSIVO	Notas	(31-12-2018)	(31-12-2017)
Outras Obrigações	8	109 694 162	145 473 144
TOTAL DO PASSIVO		109 694 162	145 473 144
Capital	9	50 000 000	50 000 000
Lucros e Prejuízos Acumulados		(523 085)	-
Resultado Líquido do Exercício		154 229 199	(523 084)
TOTAL DE FUNDOS PRÓPRIOS		203 706 115	49 476 916
TOTAL DO PASSIVO E DOS FUNDOS PRÓPRIOS		313 400 277	194 950 060

Demonstrações de resultados em 31 de Dezembro de 2018 e 31 de Dezembro de 2017

(Valores em Akz)

RUBRICAS	Notas	Período Corrente (31-12-2018)	(31-12-2017)
JUROS E OUTROS RENDIMENTOS	10	326 766 630	118 190 158
REDIMENTOS CÂMBIO	11	38 787 753	-
TOTAL DOS PROVEITOS		365 554 383	118 190 158
JUROS E OUTRAS DESPESAS	12	20 459 859	41 181 658
PERDAS CÂMBIO	12	805 865	-
IMPOSTOS	13	61 981 084	125 551
CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS		128 078 375	77 406 033
Prestação de Serviços	14	116 626 352	66 597 984
Amortizações e Depreciações	7	11 452 024	10 808 049
TOTAL DAS DESPESAS		211 325 183	118 713 242
APURAMENTO DO RESULTADO		154 229 199	(523 084)

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÃO DOS FUNDOS PRÓPRIOS

(Valores em AKZ)

	Total da Situação Líquida	Capital Social	Resultado Líquido
Saldo em 01 de Janeiro de 2018	49 476 916	50 000 000	(523 084)
Recebimentos por aumento de capital	-	-	-
Pagamentos por redução de capital	-	-	-
Incorporação das reservas ao capital	-	-	-
Incorporação de lucros ou prejuízos acumulados	-	-	-
Efeitos de ajustes diários ao títulos e valores mobiliário	-	-	-
Efeitos de ajustes das operações cambiais	-	-	-
Efeitos de perdas líquidas em fundos de pensões patrocinado	-	-	-
Efeito da subscrição da unidade de titularização	-	-	-
Efeito da subscrição da unidade de participação	-	-	-
Apropriação do resultado líquido do exercício	154 229 199	-	154 229 199
Constituição de reservas	-	-	-
Anulação de reservas	-	-	-
Pagamento de dividendos antecipados das SI	-	-	-
Dividendos propostos no período	-	-	-
Compensação de prejuízos	-	-	-
Efeito das distribuições de resultados	-	-	-
Saldos em 31 Dezembro 2018	203 706 115	50 000 000	153 706 115

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

(Valores em AKZ)

RUBRICAS	Notas	Período Corrente 31-12-2018	31-12-2017
Fluxo de Caixa de Juros e outros Rendimento			77 951 676
Recebimentos de Proveitos de Disponibilidades		487 566 791	1 401 935
Recebimentos de Proveitos Inerentes a Outros Activos em Carteira		62 564 615	76 549 741
Recebimentos de Proveitos Inerentes à Carteira de Títulos		1 966 970	-
Recebimentos de Proveitos Inerentes à Caixa de Comissões		380 700 076	-
Fuxos de Caixa de Rendimentos e Operações de Crédito		-	-
Fluxo de Caixa de Rendimentos de Câmbio		-	-
Fluxo de Caixa de Rendimento de Aplicações em Operações Comprometidas		-	-
Fluxo de Aquisição de Créditos e Emissão de UTC		-	50 000 000
Recebimento de Proveitos de Premios na Emissão das UTC		-	50 000 000
Fluxo de Caixa no Ajuste ao Valor de Mercado		-	44 986 816
Fluxo de Aquisição de Créditos e Emissão de UTC		-	-
FLUXO DE CAIXA DOS RECEBIMENTOS		932 798 453	172 938 492
Fluxo de Caixa de Juros e Outras Despesas		(593 969 203)	(4 988 770)
Pagamento de Custos Inerentes a Outros Activos em Carteira		(593 969 203)	(4 988 770)
Fuxos de Caixa de Despesas de Empréstimo de Títulos e Valores Mobiliários		-	-
Fluxo de Caixa de Rendimentos de Câmbio		-	-
Fluxo de Caixa com Ajustes ao Valor de Mercado		(121 348 889)	(89 823 765)
Pagamento de Custos de Títulos para Negociação		(121 348 889)	(89 823 765)
Fluxo de Caixa de Impostos		(59 596 899)	(125 551)
Pagamento de Custos Inerentes aos Impostos Pagos em Angola		(59 596 899)	(125 551)
Fluxo de Caixa de Comissões		(4 532 124)	(6 000)
Pagamento de Custos de Outras Comissões		(4 532 124)	(6 000)
Fluxo de Caixa de Multas		-	-
Fluxo de Caixa de Custos e Perdas Operacionais		-	-
Fluxo de Caixa de Outros Custos e Perdas		(228 961 236)	(132 122)
Pagamentos de Outros custos e perdas		(228 961 236)	(132 122)
FLUXO DE CAIXA DOS PAGAMENTO		(1 008 408 385)	(95 076 208)
SALDOS DOS FLUXOS MONETÁRIOS DO PERÍODO		(75 609 933)	77 862 284
Saldo em Disponibilidade no Início do Período		77 862 284	-
Saldo em Disponibilidade no Fim do Período		2 252 351	77 862 284

2. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A BFA Gestão de Activos SGOIC, S.A. (adiante igualmente designado por “BFA – Gestão de Activos” ou “Sociedade”), foi constituído por Escritura Pública de 16 de Dezembro de 2015, tendo iniciado a sua actividade em 01 Janeiro de 2017, após efectuar o registo junto da Comissão de Mercado de Capitais (CMC), em 30 de Dezembro de 2016.

A BFA – GESTÃO DE ACTIVOS é uma Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Colectivo (Fundos de Investimento) e está autorizada a prestar todos os serviços descritos no Código de Valores Mobiliários combinado com o Decreto Legislativo Presidencial nº7/13 de 11 de Outubro sobre o Regime Jurídico dos Organismos de Investimento Colectivo e demais regulamentação.

Conforme indicado na Nota 9, em 31 de Dezembro de 2018 e 31 de Dezembro de 2017, a BFA – Gestão de Activos é detida maioritariamente pelo Banco de Fomento Angola, S.A..

2. BASES DE APRESENTAÇÃO E RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da BFA – Gestão de Activos foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com o Plano de Contas dos Organismo de Investimento Colectivo e das Sociedades Gestoras, nos termos do Regulamento da CMC n.º 9/16 de 6 de Julho.

As demonstrações financeiras da BFA – Gestão de Activos encontram-se expressas em Kwanzas, tendo os activos e passivos denominados em outras divisas sido convertidos para moeda nacional, com base no câmbio médio indicativo publicado pelo Banco Nacional de Angola em cada data de referência. As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados e activos financeiros e

passivos financeiros reconhecidos ao justo valor através dos resultados, excepto aqueles para os quais o justo valor não está disponível.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2018 foram aprovadas pelo Conselho de Administração da BFA – Gestão de Activos em 17 de Janeiro de 2018, e serão submetidas para aprovação da Assembleia Geral que tem o poder de as alterar. No entanto, é convicção do Conselho de Administração que as mesmas venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

2.2 Transacções em moeda estrangeira

As operações em moeda estrangeira são registadas de acordo com os princípios do sistema “multi-currency”, sendo cada operação registada em função das respectivas moedas de denominação. Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para Kwanzas à taxa de câmbio média publicada pelo Banco Nacional de Angola à data do balanço. Os custos e proveitos relativos a diferenças cambiais, realizadas ou potenciais, são registados na demonstração dos resultados do exercício em que ocorrem.

Em 31 de Dezembro de 2018 e 31 de Dezembro de 2017, os câmbios do Kwanza (AKZ) face ao Dólar dos Estados Unidos (USD) e ao Euro (EUR) eram os seguintes:

	31-Dez-18	31-Dez-17
1 USD	308 607	165 924
1 EUR	353 015	185 400

2.3 Créditos e outros valores a receber

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo. Esta categoria inclui o crédito concedido a clientes, aplicações em instituições de crédito e outros valores a receber. No reconhecimento inicial, estes activos são registados pelo seu justo valor, acrescido de outros custos e proveitos directamente atribuíveis à origem da operação. Subsequentemente, estes activos são registados pelo seu custo amortizado.

2.4 Títulos e valores mobiliários

Atendendo às características dos Títulos e valores mobiliários, após o reconhecimento inicial, estes são valorizados ao justo valor, sendo o respectivo proveito ou custo proveniente da valorização reconhecido em resultados do exercício.

No caso de títulos de dívida, o valor de balanço inclui o montante dos juros corridos.

Valor de mercado

A metodologia de apuramento do valor de mercado (justo valor) dos títulos utilizada pela BFA – Gestão de Activos é conforme segue:

- i) Preço médio de negociação no dia do apuramento ou, quando não disponível, o preço médio de negociação no dia útil anterior;
- ii) Valor líquido provável de realização obtido mediante adopção de técnica ou modelo interno de valorização;
- iii) Preço de instrumento financeiro semelhante, levando em consideração, no mínimo, os prazos de pagamento e vencimento, o risco de crédito e a moeda ou indexador; e
- iv) Preço definido pelo Banco Nacional de Angola.

No caso de títulos para os quais não existe cotação em mercado activo com transacções regulares e que têm maturidades reduzidas, os mesmos são valorizados com base no custo de aquisição por se entender que reflecte a melhor aproximação ao seu valor de mercado. Desta forma, as Obrigações do Tesouro emitidas pelo Estado Angolano estão registadas no balanço da BFA – Gestão de Activos pelo respectivo valor de aquisição, por se entender que reflecte a melhor aproximação ao seu valor de mercado, uma vez que não existe uma cotação em mercado activo com transacções regulares.

2.5 Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros são todos os passivos financeiros que não se encontram registados na categoria de passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando a obrigação subjacente é liquidada, expira ou é cancelada. Os passivos financeiros não derivados incluem recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito, recursos de clientes e outros empréstimos.

Estes passivos financeiros são registados inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, com a excepção dos passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, os quais são registados ao justo valor.

2.6 Activos intangíveis e outros activos tangíveis

Os activos intangíveis, que correspondem principalmente a software informático, são registados ao custo de aquisição e amortizados linearmente ao longo de um período de três anos.

Os outros activos tangíveis são registados ao custo de aquisição.

Os terrenos não são amortizados. A depreciação é calculada pelo método das quotas constantes às taxas máximas fiscalmente aceites como custo, de acordo com o Código do Imposto Industrial, que correspondem aos seguintes anos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Mobiliário e material	10
Equipamento informático	3
Material de transporte	3
Máquinas e ferramentas	6

2.7 Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

2.8 Comissões

Os rendimentos resultantes de serviços e comissões são reconhecidos de acordo com os seguintes critérios:

- quando são obtidos à medida que os serviços são prestados, o seu reconhecimento em resultados é efectuado no período a que respeitam;
- quando resultam de uma prestação de serviços, o seu reconhecimento é efectuado quando o referido serviço está concluído.

2.9 Imposto sobre os lucros

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

Imposto corrente

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria colectável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Imposto diferido

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em exercícios futuros resultantes de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto os activos por impostos diferidos só são reconhecidos até ao montante em que seja

provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças temporárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados activos por impostos diferidos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Imposto Industrial

A BFA – GESTÃO DE ACTIVOS encontra-se sujeito a tributação em sede de Imposto Industrial, sendo considerado fiscalmente um contribuinte do Grupo A, sujeito a uma taxa de imposto de 30%. A 1 de Janeiro de 2015 entrou em vigor o novo Código do Imposto Industrial, aprovado pela Lei n.º 19/2014, de 22 de Outubro, e que estipulou a taxa de Imposto Industrial em 30%.

O novo Código do Imposto Industrial determina que os proveitos sujeitos a Imposto sobre a Aplicação de Capitais (“IAC”) são deduzidos para efeitos de determinação do lucro tributável em sede de Imposto Industrial, não constituindo o IAC um custo fiscalmente dedutível.

Os rendimentos de Obrigações do Tesouro e de Bilhetes do Tesouro emitidos pelo Estado Angolano após 1 de Janeiro de 2013 encontram-se sujeitos a Imposto sobre a Aplicação de Capitais (IAC), à taxa de 10% (5% no caso de títulos de dívida admitidos à negociação em mercado regulamentado e que apresentem uma maturidade igual ou superior a três anos) e a Imposto Industrial: (i) no caso das mais ou menos-valias obtidas (incluindo eventuais reavaliações cambiais sobre a componente do capital); e (ii) no reconhecimento do desconto relativamente aos títulos adquiridos ou emitidos a valor descontado. Os rendimentos sujeitos a IAC encontram-se excluídos de Imposto Industrial.

Imposto sobre a Aplicação de Capitais (IAC)

O IAC incide, genericamente, sobre os rendimentos provenientes das aplicações financeiras da BFA – Gestão de Activos. A taxa varia entre 5% (no caso de juros recebidos relativamente a títulos de dívida que se encontrem admitidos à negociação em mercado regulamentado e que apresentem uma maturidade igual ou superior a três anos) e 10%. Sem

prejuízo do exposto, no que diz respeito aos rendimentos de títulos de dívida pública, segundo entendimento das Autoridades Fiscais e do Banco Nacional de Angola dirigido à Associação Angolana de Bancos (carta do Banco Nacional de Angola, datada de 26 de Setembro de 2013), apenas os que decorrerem de títulos emitidos em data igual ou posterior a 1 de Janeiro de 2013 estão sujeitos a este imposto.

Em 1 de Agosto de 2013, teve início o processo de automatização de retenção na fonte, pelo BNA, do Imposto sobre a Aplicação de Capitais em conformidade com o previsto no Decreto Legislativo Presidencial n.º 5/11, de 30 de Dezembro.

Após 1 de Janeiro de 2015, o IAC deixou de ter a natureza de pagamento por conta do Imposto Industrial, estando os respectivos rendimentos excluídos de tributação em sede de Imposto Industrial.

Imposto sobre o património

Incide IPU, à taxa de 0,5%, sobre o valor patrimonial dos imóveis próprios que se destinem ao desenvolvimento da actividade normal da BFA – Gestão de Activos, quando o seu valor é superior a 5.000 mAKZ.

Outros impostos

A BFA – GESTÃO DE ACTIVOS está igualmente sujeito a impostos indirectos, designadamente, impostos aduaneiros, Imposto do Selo, Imposto de Consumo, bem como outras taxas.

2.10 Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou não formalizada) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente, procedendo-se à respectiva divulgação.

3. INFORMAÇÃO DETALHADA DA CARTEIRA DE OIC GERIDA

Com referência a 31 de Dezembro de 2018 e 31 de Dezembro de 2017, a BFA – Gestão de Activos efectua a gestão da carteira do Fundo BFA Oportunidades II – Fundo Especial de Investimento em Valores Mobiliários Fechado.

Em 31 de Dezembro de 2018 e 31 de Dezembro de 2017, a carteira do fundo de investimento gerido pela BFA – Gestão de Activos apresenta a seguinte composição:

			31-12-2018
	Juros Carteira	Juro Bruto	Valor de Mercado
110 - DISPONIBILIDADES	419 552	419 552	17 203 921
110.20 - DEPÓSITOS À ORDEM	-		2 951 855,55
18708652830001 - Conta DO	-		2 951 855,55
110.50 - DEPÓSITOS A PRAZO	419 551,63	419 551,63	14 252 065,15
DP_187086528_20_01 - DP - AOA	258 753,42	258 753,42	7 265 000,00
DP_187086528_20_03 - DP - AOA	160 798,21	160 798,21	6 987 065,15
130 - TÍTULOS E VALORES MOBIL.	1 145 480 652	1 145 480 652	17 891 892 230,88
130.1 - DÍVIDA PÚBLICA FIXA	1 145 480 651,88	1 145 480 651,88	17 891 892 230,88
Compra BT 17,80% - BT - AOA	775 419 098,34	775 419 098,34	12 520 311 611,00
Compra BT 19,80% - BT - AOA	370 061 553,54	370 061 553,54	5 371 580 619,88
260 - OUTRAS OBRIGAÇÕES			(115 613 456,34)
260.2 - OUTRAS OBRIG NATUR FISCAL	-		(75 726 357,28)
260.2.60 - Imposto Industrial	-		(75 726 357,28)
Imposto Lucro Trib. - LT - AOA	-		(75 726 357,28)
260.6 - DIVERSOS	-		(39 887 099,06)
260.6.21 - Entidade Gestora	-		(29 369 872,50)
Comissao de Gestao - CG - AOA	-		(29 369 872,50)
260.6.31 - Entidade Depositária	-		(9 789 975,50)
Banco Depositario - BD - AOA	-		(9 789 975,50)
260.6.34 - Taxa Supervisão	-		(727 251,06)
Taxa de Supervisão - TS - AOA	-		(337 251,06)
Taxa Supervisão Fixa - TF - AOA	-		(390 000,00)
90 - RESTANTES ACTIVOS	-		(1 776 041,66)
Auditor - AU - AOA	-		(1 776 041,66)
TOTAL	1 145 900 203,51	1 145 900 203,51	17 791 706 653,58

31-12-2017

	Juros Carteira	Juro Bruto	Valor de Mercado
110 - DISPONIBILIDADES	262 268	262 268	21 273 280
110.20 - Depósitos à ordem			403
171963241300001 - Conta DO			403
110.50 - Depósitos a prazo	262 268	262 268	21 272 877
DP: 17196324/20/004 - DP - AOA	262 268	262 268	21 272 877
130 - TÍTULOS E VALORES MOBIL.	877 847 713	877 847 713	9 895 515 179
130.1 - Dívida pública fixa	877 847 713	877 847 713	9 895 515 179
BT: AOTNB7617G17 - BT - AOA	877 847 713	877 847 713	9 895 515 179
260 - OUTRAS OBRIGAÇÕES	-		(104 179 452)
260.2 - Outras obrigações de natureza fiscal			(59 398 835)
260.2.60 - Imposto industrial			(59 398 835)
Imposto lucro Trib. LT - AOA			(59 398 835)
260.6 - Diversos			(44 780 617)
260.6.21 - Entidade gestora			(40 004 182)
Comissão de gestão - CG - AOA			(40 004 182)
260.6.31 - Entidade depositária			(4 000 418)
Banco depositário - BD - AOA			(4 000 418)
260.6.34 - Taxa supervisão			(776 017)
Taxa supervisão - TS - AOA			(401 017)
Taxa supervisão fixa - TF - AOA			(375 000)
TOTAL	878 109 981,01	878 109 981,01	9 812 609 005,74

4. DISPONIBILIDADES

Em 31 de Dezembro de 2018 e 31 de Dezembro de 2017, a rubrica de Disponibilidades tem a seguinte composição:

	31-12-2018	31-12-2017
Disponibilidades em Instituições Financeiras		
Depósitos à ordem	2 252 351	77 862 284
Depósitos a prazo	54 307 399	5 156 065
	56 559 750	83 018 349

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2018 e 31 de Dezembro de 2017 a rubrica Títulos e valores mobiliários é apresentada como segue:

31-12-2018

Título	Moeda	Quantidade	Custo de aquisição	Desconto corrido	Juro corrido	Valor de balanço
AOTNOI071216	AKZ	253	82 153 580	3 073 158	25 425	85, 252 163
AOTNOR619A18	AKZ	429	29 553 110	465 569	1 173 155	31 191 834
AOTNOR719A18	AKZ	1382	91 469 000	1 379 495	3 202 897	96 051 392
						212 495 389

31-12-2017

Título	Moeda	Quantidade	Custo de aquisição	Desconto corrido	Juro corrido	Valor de balanço
AOTNOI071216	AKZ	253	44 171 693	693 270	13 671	44 878 634
						44 878 634

6. CRÉDITOS

Com referência a 31 de Dezembro de 2018 e 31 de Dezembro de 2017, a rubrica de Créditos – Valores a Receber de Sociedades Geridas, representa o valor de Comissão de Gestão.

7. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS E ACTIVOS INTANGÍVEIS

Durante o exercício de 2018 e 2017, as rubricas de Outros Activos Tangíveis e Activos Intangíveis apresentam o seguinte movimento:

31-12-2018

31-12-2017				31-12-2018						
	Activo Bruto	Amortiza- ções acumuladas	Activo Líquido	Aumentos	Transferên- cias	Abates, alienações e outros	Amortiza- ções do exercício	Activo Bruto	Amortiza- ções acumuladas	Activo Líquido
Activos Fijos Tangíveis										
Móveis, utensílios, instalações e equipamentos	10 636 022	(1 955 514)	8 680 508	-	-	-	(2 599 488)	10 636 022	(4 555 002)	6 081 020
	10 636 022	(1 955 514)	8 680 508	-	-	-	(2 599 488)	10 636 022	(4 555 002)	6 081 020
Activos Intangíveis										
Sistemas de tratamento automático de dados (Software)	26 560 262	(8 852 535)	17 707 727	-	-	-	(8 852 535)	26 560 262	(17 705 070)	8 855 192
	26 560 262	(8 852 535)	17 707 727	-	-	-	(8 852 535)	26 560 262	(17 705 070)	8 855 192
	37 196 284	(10 808 049)	26 388 235	-	-	-	(11 452 023)	37 196 284	(22 260 072)	14 936 212

31/12/2017

31-12-2016				31-12-2017					
Activo Bruto	Amortiza- ções acumuladas	Activo Líquido	Aumentos	Transferên- cias	Abates, alienações e outros	Amortiza- ções do exercício	Activo Bruto	Amortiza- ções acumuladas	Activo Líquido
Activos Fijos Tangíveis									
Móveis, utensílios, instalações e equipamentos	-	-	10 636 022	-	-	-	10 636 022	(1 955 514)	8 680 508
	-	-	10 636 022	-	-	-	10 636 022	(1 955 514)	8 680 508
Activos Intangíveis									
Sistemas de tratamento automático de dados (Software)	-	-	26 560 262	-	-	-	26 560 262	(8 852 535)	17 707 727
	-	-	26 560 262	-	-	-	26 560 262	(8 852 535)	17 707 727
	-	-	37 196 284	-	-	-	37 196 284	(10 808 049)	26 388 235

8. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Em 31 de Dezembro de 2018 e 31 de Dezembro de 2017, a rubrica Outras Obrigações corresponde a estimativa de imposto industrial 2018 e aos montantes devidos pela BFA – Gestão de Activos ao accionista BFA, a título de reembolso de despesas relacionadas com instalação, pessoal e gestão, incorridas nos exercícios de 2018 e 2017.

9. FUNDOS PRÓPRIOS

Capital social

Com referência a 31 de Dezembro de 2018 e 31 de Dezembro de 2017, o capital social da BFA – Gestão de Activos é detido em 99,9% pelo Banco de Fomento Angola S.A., possuindo assim uma relação de grupo e este último uma posição de domínio na referida sociedade.

10. JUROS E OUTROS RENDIMENTOS

A 31 de Dezembro de 2018 e 31 de Dezembro de 2017, a rubrica Juros e Outros Rendimentos apresenta a seguinte composição:

	31-12-2018	31-12-2017
Comissões		
Comissão de Gestão	310 665 475	116 553 923
Carteira de Títulos		
Títulos da Dívida Pública	13 057 810	1 450 353
Outros Juros e Proveitos Equiparados		
Depósito a Prazo	3 043 345	185 882
JUROS E OUTROS RENDIMENTOS	326 766 630	118 190 158

11. RENDIMENTOS DE CâMBIO

A 31 de Dezembro de 2018 e 31 de Dezembro de 2017, a rubrica Juros e Outras despesas apresenta a seguinte composição:

	31-12-2018	31-12-2017
Rendimentos de câmbio		
Ganhos	38 787 753	-
RENDIMENTOS DE CâMBIO	38 787 753	-

12. JUROS E OUTRAS DESPESAS

A 31 de Dezembro de 2018 e 31 de Dezembro de 2017, a rubrica Juros e Outras despesas apresenta a seguinte composição:

	31-12-2018	31-12-2017
Outras Comissões		
Comissão Bancária	(434 987)	(165 253)
Comissão Bodiva	(36 307)	(39 475)
Comissao Cevama	(18 180)	(20 207)
Outras Comissões	(18 003 000)	(39 606 042)
Outros custos e perdas		
Perdas Cambiais	(805 865)	-
Formação	(1 967 385)	(1 350 681)
JUROS E OUTRAS DESPESAS	(21 265 724)	(41 181 658)

13. IMPOSTOS

A 31 de Dezembro de 2018 e 31 de Dezembro de 2017, a rubrica de Impostos apresenta a seguinte composição:

A 31 de Dezembro de 2018 e 31 de Dezembro de 2017, a reconciliação de imposto industrial sobre resultado apresenta a seguinte composição:

	31-12-2018		31-12-2017	
	Taxa de imposto	Valor	Taxa de imposto	Valor
Resultado antes de imposto		215 347 582		(523 084)
Imposto apurado com base na taxa nominal de imposto	30,00%	64 604 275	30,00%	-
Benefícios fiscais em rendimentos sujeitos a IAC	(1,66)%	(3 567 178)	0,00%	-
Imposto sobre a Aplicação de Capitais (IAC)	0,10%	217 780	0,00%	-
Outras Correções	(0,21)%	(136 561)	0,00%	-
Imposto sobre o lucro em resultados	28,44%	61 118 316	30,00%	-

14. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

A 31 de Dezembro de 2018 e 31 de Dezembro de 2017, a rubrica Prestação de Serviços apresenta a seguinte composição:

	31-12-2018	31-12-2017
Subcontratos - Pessoal	(83 924 107)	(54 804 785)
Rendas	(7 927 920)	(7 927 920)
Condominio	(1 202 632)	(1 233 048)
Outros despesas	(23 571 693)	(2 632 231)
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	(116 626 352)	(66 597 984)

15. PARTES RELACIONADAS

São consideradas entidades relacionadas com a BFA – Gestão de Activos:

- aquelas em que a Sociedade exerce, directa ou indirectamente, uma influência significativa sobre a sua gestão e política financeira – Empresas associadas e de controlo conjunto e Fundos de Investimento;
- as entidades que exercem, directa ou indirectamente, uma influência significativa sobre a gestão e política financeira da Sociedade – Accionistas; e - os membros do pessoal chave da gerência da Sociedade, considerando-se para este efeito os Membros do Conselho de Administração executivos e não executivos e as Sociedades em que os membros do Conselho de Administração têm influência significativa.

Com referência a 31 de Dezembro de 2018 e 31 de Dezembro de 2017, os principais saldos e transacções mantidos pela Sociedade com entidades relacionadas são os seguintes.

31-12-2018

	Accionistas da BFA - Gestão de Activos		Membros do Conselho de Administração da BFA - Gestão de Activos	Sociedades onde os membros do Conselho de Administração têm influência significativa	BFA Oportunidades - Fundo Especial de Investimento em Valores Mobiliários Fechado	Total
	BFA	Outros				
Disponibilidades	56 559 750	-	-	-	-	56 559 750
Títulos e Valores Mobiliários	212 495 390	-	-	-	-	212 495 390
Activos imobiliários	14 936 211	-	-	-	-	14 936 211
Outros activos	-	-	-	-	29 408 927	29 408 927
Outros passivos	(109 694 162)	-	-	-	-	(109 694 162)
Juros e proveitos equiparados	16 101 155	-	-	-	310 665 475	326 766 630
Juros e outros custos equiparados	(148 538 234)	-	-	-	-	(148 538 234)
Unidades de participação	(49 960 000)	(30 000)	(10 000)	-	-	(50 000 000)

31-12-2017

	Accionistas da BFA - Gestão de Activos		Membros do Conselho de Administração da BFA - Gestão de Activos	Sociedades onde os membros do Conselho de Administração têm influência significativa	BFA Oportunidades - Fundo Especial de Investimento em Valores Mobiliários Fechado	Total
	BFA	Outros				
Disponibilidades	83 018 349	-	-	-	-	83 018 349
Títulos e Valores Mobiliários	44 878 634	-	-	-	-	44 878 634
Activos imobiliários	14 936 211	-	-	-	-	26 388 235
Outros activos	660 660	-	-	-	40 004 182	40 664 842
Outros passivos	(145 473 144)	-	-	-	-	(145 473 144)
Juros e proveitos equiparados	1 636 236	-	-	-	116 553 923	118 190 159
Juros e outros custos equiparados	(118 587 692)	-	-	-	-	(118 587 692)
Unidades de participação	(49 960 000)	(30 000)	(10 000)	-	-	(50 000 000)

16. EVENTOS SUBSEQUENTES

Entre 31 de Dezembro de 2018 e à data de aprovação das demonstrações financeiras, não ocorreram factos relevantes que tenham influenciado a posição patrimonial e os resultados da Sociedade.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Tendo em consideração o resultado positivo no exercício de 2018, no montante de AOA 154.229.200 (cento e cinquenta e quatro milhões e duzentos e vinte e nove mil e duzentos Kwanzas), a Comissão Executiva do Conselho de Administração propõe ao Conselho de Administração que a totalidade do resultado do exercício de 2018 seja para reforço dos capitais próprios da Sociedade, mediante a constituição de reservas obrigatórias e livres.

Esta página foi intencionalmente deixada em branco.

Parecer do Auditor Externo



Relatório do Auditor Independente

Ao Conselho de Administração da
BFA Gestão de Activos - SGOIC, S.A.

Introdução

1 Auditámos as demonstrações financeiras anexas da BFA Gestão de Activos - SGOIC, S.A., as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2018 que evidencia um total de 313 400 278 Kwanzas e fundos próprios de 203 706 116 Kwanzas, incluindo um resultado líquido de 154 229 200 Kwanzas, a demonstração de resultados, a demonstração de mutação de fundos próprios e a demonstração de fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidade do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras

2 O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação de modo apropriado destas demonstrações financeiras de acordo com o Plano de Contas dos Organismos de Investimento Colectivo e das Sociedades Gestoras em vigor e pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro.

Responsabilidade do Auditor

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião independente sobre estas demonstrações financeiras com base na nossa auditoria, a qual foi conduzida de acordo com as Normas Técnicas da Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola. Estas normas exigem que cumpramos requisitos éticos e que planeemos e executemos a auditoria para obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material.

4 Uma auditoria envolve executar procedimentos para obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude ou a erro. Ao fazer essas avaliações do risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e apresentação das demonstrações financeiras pela entidade a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade. Uma auditoria inclui também avaliar a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas feitas pelo Conselho de Administração, bem como avaliar a apresentação global das demonstrações financeiras.

5 Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria.



Opinião

8 Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do BFA Gestão de Activos - SGOIC, S.A. em 31 de Dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativo ao exercício findo naquela data, em conformidade com o Plano de Contas dos Organismos de Investimento Colectivo e das Sociedades Gestoras em vigor.

29 de Abril de 2019

PricewaterhouseCoopers (Angola), Limitada
Registada na Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola com o nº E20170010

Representada por:

Ricardo Santos

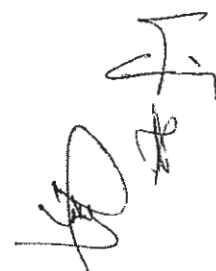
Ricardo Santos, Perito Contabilista Nº 20120086

Parecer do Conselho Fiscal

Senhores Accionistas da

BFA Gestão de Activos - SGOIC, S.A.


1. Nos termos da Lei e do mandato que nos foi conferido, em conformidade com o Artigo 21º nº1 dos Estatutos, apresentamos o relatório sobre a actividade fiscalizadora por nós desenvolvida, bem como o parecer sobre os documentos de prestação de contas apresentados pelo Conselho de Administração da BFA Gestão de Activos - SGOIC, S.A. relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2018.
2. No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e extensão que considerámos adequada, a evolução da actividade da Sociedade Gestora, a regularidade dos registos contabilísticos e o cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis. Obtivemos também do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Sociedade Gestora as informações e os esclarecimentos solicitados.
3. Analisámos e concordamos com o conteúdo do Relatório dos Auditores emitido pela sociedade PricewaterhouseCoopers (Angola), Lda., o qual damos como integralmente reproduzido.
4. No âmbito das nossas funções, examinámos o Balanço em 31 de Dezembro de 2018, as Demonstrações dos resultados e do outro rendimento integral, das alterações nos capitais próprios e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, bem como os respectivos anexos, incluindo as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados.
5. Adicionalmente, procedemos à análise do Relatório de Gestão do exercício de 2018 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados, nele incluída.



6. Face ao exposto, e tendo em consideração o trabalho realizado, somos do parecer que a Assembleia Geral:
- a. Aprove o Relatório de Gestão relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2018;
 - b. Aprove as Contas relativas a esse exercício, e;
 - c. Aprove a Proposta de Aplicação de Resultados.
7. Desejamos finalmente expressar o nosso reconhecimento ao Conselho de Administração e aos serviços da Sociedade Gestora pela colaboração que nos foi prestada.


Luanda, 29 de Abril de 2019

O Conselho Fiscal



Carlos Alberto Firme

Presidente



Mariana Conceição Assis

Vogal



Henrique Manuel Camões Serra

(Perito Contabilista nº 20130167)

Proposta de aplicação de resultados



Tendo em consideração o resultado positivo no exercício de 2018, no montante de AOA 154.229.200 (cento e cinquenta e quatro milhões e duzentos e vinte e nove mil e duzentos Kwanzas), a Comissão Executiva do Conselho de Administração propõe ao Conselho de Administração que a totalidade do resultado do exercício de 2018 seja para reforço dos capitais próprios da Sociedade, mediante a constituição de reservas obrigatórias e livres.

